

INVESTIGAÇÃO

Uma escritura muito suspeita

PF mira aliados de Sóstenes, líder do PL, e apura se documento público foi usado para justificar dinheiro apreendido com o deputado

» RENATO SOUZA
» ALÍCIA BERNARDES

A Polícia Federal investiga a suspeita de que aliados do líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), tenham usado uma escritura de compra e venda de um imóvel para justificar a origem de R\$ 470 mil encontrados em espécie na residência do deputado, em dezembro de 2025 — à época, o parlamentar alegou que o montante era proveniente da venda de uma propriedade.

O caso foi alvo da terceira fase da Operação Rent a Car, denominada Operação Galho Fraco II, deflagrada ontem. A corporação investiga práticas de lavagem de dinheiro, peculato, fraude processual e organização criminosa.

As informações constam de representação encaminhada ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), na qual os investigadores afirmam que ainda não há elementos suficientes para comprovar a procedência dos recursos e detalham duas frentes de apuração. Eles dizem que a escritura só foi lavrada 11 dias após o cumprimento de mandados de busca e apreensão que encontram os valores.

“A própria análise policial ressaltou, contudo, que a comunicação é datada de 30/12/2025, precisamente a mesma data em que a escritura foi formalizada em cartório. Esse aspecto cronológico assume especial relevo investigativo. Isso porque a escritura pública foi lavrada em 30/12/2025, isto é, após o cumprimento das medidas cautelares de 19/12/2025”, destaca um trecho do relatório da PF.

Uma das linhas da investigação envolve a suposta venda de

Kayo Magalhães / Câmara dos deputados



Quando foi alvo da PF, em dezembro, Sóstenes alegou que dinheiro tinha origem na venda de um imóvel

um imóvel localizado em Ituiutaba (MG). Segundo a versão apresentada à PF, a propriedade teria sido negociada por R\$ 500 mil com Thiago Ferreira de Paula, em novembro de 2025. No entanto, os agentes sustentam ter identificado indícios de que o comprador não possuía capacidade financeira compatível com a aquisição.

A corporação também destaca que a comunicação da transação ao cartório ocorreu apenas em 30 de dezembro de 2025, ou seja, depois da apreensão do dinheiro na casa de Sóstenes Cavalcante. Para os investigadores, a sequência dos acontecimentos levanta a suspeita de que a documentação da venda possa ter sido utilizada para dar

aparência de legalidade à origem dos valores.

Outra frente da apuração busca esclarecer uma possível ligação entre o dinheiro e um grupo de empresas identificado a partir de referências ao banco Sicredi, encontradas junto às cédulas. De acordo com a PF, essas empresas realizaram saques em espécie que ultrapassam R\$ 15 milhões, circunstância considerada suspeita pelos agentes e que motivou o aprofundamento das investigações sobre a origem dos recursos.

Dinheiro em espécie

Sóstenes Cavalcante não estava entre os alvos de busca e

apreensão na ação de ontem, mas é investigado no âmbito da operação. Os mandados foram cumpridos no Distrito Federal, em Goiás e em Minas Gerais para coleta e preservação de elementos de prova. Foram apreendidos documentos, equipamentos de informática, além de dinheiro em espécie, inclusive dólares, e relógios de luxo. Parte dos valores estava em um livro falso.

De acordo com a PF, “as investigações apontam indícios de possível esquema envolvendo agentes públicos, particulares e pessoas jurídicas supostamente utilizadas para dar aparência de legalidade à movimentação de recursos públicos”. Há também

Divulgação PF



PF encontra dinheiro em livro falso na casa de advogado ligado a Sóstenes

» Vitória parcial de Zambelli

indícios de possíveis tentativas de ocultação ou alteração de provas, o que pode caracterizar fraude processual.

Cavalcante negou qualquer irregularidade e alegou ser vítima de perseguição política. “Quando se anuncia que eu seria líder do PL, inicia-se o processo de investigação”, afirmou.

Ele mencionou, ainda, o fato de o então líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ter sido alvo de operação da PF no caso das fraudes do Banco Master. “Como houve operação contra o líder do PT, infelizmente, ele quer fazer uma cortina de fumaça. Não há nenhuma novidade na operação de hoje (ontem)”, acrescentou.

A Corte de Apelação de Roma anulou, ontem, o segundo pedido de extradição da ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP) no processo sobre a perseguição com arma de fogo em 2022. A Justiça italiana entendeu que o pedido do governo brasileiro deve ser submetido a um novo julgamento. O processo não julgará o mérito da condenação da Justiça do Brasil, apenas verificará se o pedido atende aos requisitos legais para a extradição.

Entenda o caso

Suposto desvio de cota parlamentar

Embalados em quatro pacotes de cédulas de R\$ 100 etiquetados e acondicionados em um saco plástico e ocultos em um guarda-roupa, os R\$ 468,7 mil apreendidos em dezembro em um imóvel do deputado e líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), seriam fruto de um esquema de desvio de recursos da cota parlamentar, e não exclusivamente da venda de um imóvel em Minas Gerais, como o parlamentar alegou à época da apreensão, segundo investigação da Polícia Federal.

Na ação de ontem, a terceira

fase da Operação Rent a Car, os agentes miraram advogados ligados a Sóstenes. A investigação apura um suposto esquema de desvio de recursos da cota parlamentar da Câmara por meio da locadora Harue Locação de Veículos Ltda, suspeita de emitir notas fiscais fictícias.

A PF seguiu o caminho do dinheiro apreendido e identificou “uma complexa movimentação financeira entre empresas, com recebimento de verbas públicas e expressivos saques em espécie”. Segundo a apuração, as etiquetas coladas nos pacotes de dinheiro encontrados no imóvel de Sóstenes,

em Brasília, levaram os investigadores às empresas EJUS Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Foco Engenharia e Incorporações Ltda., além dos irmãos Jonas Kesley Gonçalves Umbelino e Jecy Kenne Gonçalves Umbelino. As empresas e os irmãos foram alvo de busca e apreensão ontem.

De acordo com a PF, Jonas e Jecy aparecem vinculados, em análises de inteligência, a movimentações financeiras complexas, recebimento de recursos públicos, saques de grandes quantias em dinheiro e a uma estrutura societária compartilhada atrelada ao deputado.

JUDICIÁRIO

PGR defende prisão domiciliar

» IAGO MAC CORD

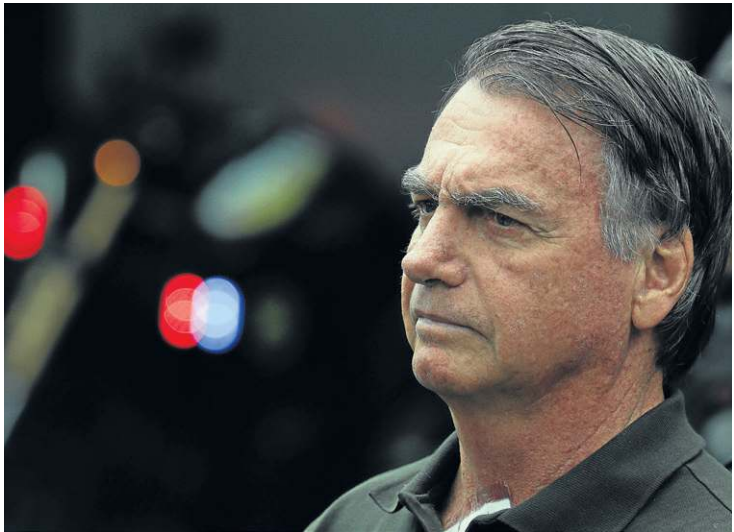
Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja mantido em prisão domiciliar humanitária. O posicionamento do órgão ocorreu após a Polícia Civil do Distrito Federal decidir não indiciar o ex-chefe do Executivo no caso de uma arma dele apreendida durante uma blitz, o que poderia configurar “falta grave” e implicar o fim do benefício.

O parecer, assinado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, foi uma resposta à determinação do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, que solicitou a posição do órgão após a conclusão do inquérito pela Polícia Civil.

A corporação decidiu indiciar apenas o militar do Exército e segurança do ex-presidente Estácio Leite da Silva Filho, pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, isentando Bolsonaro de responsabilidade criminal ou administrativa.

A pistola Glock 9 milímetros foi apreendida na noite do último dia 15, durante uma blitz da Lei Seca,

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Bolsonaro cumpre prisão em casa após cirurgia e pneumonia

em Taguatinga. Estácio Leite alegou que o armamento seria levado para conserto devido a uma “pane”.

Após consultas ao sistema Sigma do Exército, os investigadores confirmaram que a arma pertence a Bolsonaro e possuía registro válido, o que levou a PCDF a concluir que não havia restrições que impedissem o ex-presidente de mantê-la em casa durante o cumprimento da pena — ele foi condenado a 27 anos de prisão por tentativa de

golpe de Estado e outros crimes.

Gonet concordou com a avaliação. “A conclusão da autoridade policial, no que se refere a Jair Bolsonaro, tem, efetivamente, bom suporte nas circunstâncias apuradas do episódio. Não há que imputar ao sentenciado falta disciplinar que impacte negativamente sobre o atual regime em que cumpre pena”, destacou o PGR. Com o parecer, a decisão sobre a manutenção da domiciliar cabe a Moraes.

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 771

Apesar de queda no desemprego e avanço na formalização, a permanência no primeiro emprego é o principal desafio da juventude no Brasil

O CIEE recebeu, na última quinta-feira (25), no Teatro CIEE, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho (SEET), em uma coletiva de imprensa para a apresentação do diagnóstico em números “Os jovens no Brasil: Permanências e necessidades de mudança”.

Baseado nos dados da PNAD Contínua do 1º trimestre de 2026, o estudo revela um mercado de trabalho mais formal e com desemprego em queda, mas acende o alerta para a alta rotatividade profissional e a exclusão social de milhões de jovens.

Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho, realizou a apresentação dos dados, que expuseram onde estão inseridos os 32,9 milhões de jovens entre 14 a 24 anos (15,4% da população do país). A divisão desse contingente revela que a aposta na educação continua sendo a regra:

- **Só estudam:** 12,8 milhões (39%).
- **Só trabalham:** 9,6 milhões (29,1%).
- **Estudam e trabalham:** 4,3 milhões (13,2%).
- **Não estudam nem trabalham (“Nem-Nem”):** 6,2 milhões (18,7%).



Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho, João Victor Motta, diretor do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude, e Rodrigo Dib, superintendente Institucional do CIEE.

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE IMPARÁVEL